

A ATUAÇÃO DAS ONGS DE SAÚDE EM PELOTAS/RS: COMPLEMENTARIDADE E IMPACTO SOCIAL

GILMAR GUTERRES ORTIZ¹;
LISIANE DA CUNHA MARTINS DA SILVA²
MICHELE DE OLIVEIRA MANDAGARA³

¹ Universidade Federal de Pelotas – gilmarortiz@yahoo.com.br¹

² Universidade Federal de Pelotas – michele.mandagara@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A saúde representa um direito social, conforme a Constituição Federal de 1988, com sua promoção cabendo prioritariamente ao Estado, via Sistema Único de Saúde (SUS). Todavia, não são incomuns desafios relacionados a ampliação de recursos para as áreas sociais, educacionais e da saúde. Neste cenário, as Organizações Não Governamentais (ONGs) de saúde têm buscado colaborar com a complementação do alcance das políticas públicas.

A flexibilidade organizacional destas entidades permite uma ágil adaptação e respostas inovadoras (Selau et al., 2021), conferindo ao seu estudo uma aplicabilidade importante para otimizar parcerias entre os setores público e privado. Magalhães (2018) também discute a governança e redes sociais na promoção da saúde, corroborando a importância de compreender esses arranjos para a efetividade das ações.

A fundamentação teórica deste estudo baseia-se em conceitos robustos da saúde coletiva, que, conforme destacado por Corrêa et al. (2024), transcende a atenção individual e busca soluções em nível populacional, considerando fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais. Adicionalmente, abordamos a equidade em saúde, um aspecto central na discussão de Siqueira, Hollanda e Motta (2017), que enfatiza a necessidade de distribuir recursos de forma justa, considerando as diferentes necessidades da população para superar as desigualdades existentes. Além disso, serão explorados os modelos de ações em saúde coletiva (Gonçalves et al., 2020), que incluem a Atenção Primária à Saúde, a promoção da saúde e a educação em saúde, todos essenciais para esta análise ao delinear as estratégias e intervenções que podem ser implementadas pelas ONGs para maximizar seu impacto na saúde da comunidade.

O entrelaçamento desses pilares teóricos com as evidências empíricas, particularmente aquelas provenientes de estudos como o de Vargas et al. (2020) em Pelotas, permitirá construir uma análise rica e detalhada sobre como as ONGs, com suas abordagens diferenciadas, se inserem e fortalecem o ecossistema de saúde, promovendo um cuidado mais integral que possa amenizar as persistentes desigualdades sociais.

O entendimento da atuação dessas entidades na promoção da saúde coletiva e no combate às desigualdades sociais é um campo complexo que pede investigação aprofundada. Desta forma questiona-se: qual é o papel das organizações não governamentais (ONGs) na complementação da atenção às necessidades sociais e de saúde com vistas à redução das desigualdades sociais em cidades de médio porte como Pelotas (RS)? A pesquisa se justifica pela relevância crescente dessas organizações na esfera da saúde pública, sobretudo em cenários onde sistemas governamentais enfrentam desafios orçamentários e estruturais. O estudo das

contribuições das ONGs para preencher lacunas na oferta de serviços e sua abordagem às desigualdades sociais, já contextualizadas por Pires et al. (2019), é fundamental para conceber políticas públicas mais eficazes.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho consiste em compreender o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) na complementação da atenção às necessidades sociais e de saúde com vistas a redução das desigualdades sociais em cidades de médio porte como Pelotas (RS)?

2. METODOLOGIA

A investigação fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, permitindo a análise criteriosa de um corpo de publicações acadêmicas, legislações pertinentes, diretrizes de saúde pública e materiais especializados que abordam especificamente a interação entre organizações não governamentais e o sistema de saúde.

A revisão bibliográfica foi realizada na base de dados SciELO, e em site oficiais do governo federal, empregando palavra-chave como “ONGs de saúde Pelotas” e “ONGs Pelotas”. A pesquisa abrangeu publicações em português, inglês e espanhol, focando em estudos de 2017 a 2025 para analisar transformações e impactos recentes.

No contexto do período de análise estabelecido para esta pesquisa bibliográfica, observou-se uma predominância de produções nos anos de 2020 e 2021, que se destacaram como os de maior concentração de publicações. Durante a etapa de levantamento bibliográfico, um total de 35 artigos foram acessados. Destes, apenas nove foram considerados aptos para a utilização no presente estudo. Quanto à proveniência desses nove artigos selecionados, verificou-se que um foi obtido de um portal oficial do governo federal, enquanto os oito restantes foram recuperados da base de dados SciELO.

A metodologia priorizou artigos, e documentos oficiais sobre ONGs de saúde, sua integração ao SUS e o impacto social, excluindo materiais sem respaldo teórico ou anteriores a 2017. O foco principal foi a atuação das ONGs em Pelotas. A análise qualitativa aprofundou a compreensão de fenômenos como o acolhimento e a criação de vínculos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação das organizações não governamentais (ONGs) em Pelotas complementa as lacunas, notadamente em contextos de vulnerabilidade (LIMA; CAMPOS, 2022). O levantamento das principais entidades locais orientadas para saúde revela uma gama de intervenções em Saúde, Educação e Assistência Social. Organizações como OSC Gesto e G Vale a Vida ofertam serviços, de prevenção de IST/Aids a SCFV, evidenciando amplitude de cuidado a população acessada.

A análise dessas intervenções sociais (Corrêa et al., 2024) realça a contribuição das ONGs na ampliação do acesso a serviços de saúde e na promoção de saúde coletiva, combatendo desigualdades. Em Pelotas, as ONGs se distinguem pela capacidade de oferecer acolhimento e criar vínculos, aspectos que são percebidos ausentes na atenção convencional.

Tabela 1 – ONGs em Pelotas

Nº	Instituição:	Área de atuação:	Atividades:
01	OSC Gesto	Assistência Social, Saúde e Educação	Prevenção às IST/Aids, SCFV, Abordagem Social, Seg Alimentar, EEI, IP
02	Grupo Vale a Vida	Assistência Social e Saúde	Prevenção às IST/Aids, SCFV, Abordagem Social, testagens para IST
03	A B D Órgãos e Tecidos	Saúde	Campanhas
04	Ass Pelotense de Diabéticos	Saúde	Grupos de autoajuda
05	ASR Transplantados e portadores de doenças crônicas	Saúde	Suporte assistencial, campanhas
06	Auss Mental de Pelotas	Assistência Social e Saúde	Autoajuda, campanhas
09	Assoc dos Colostomizados de pelotas	Assistência Social e Saúde	Autoajuda e benefícios eventuais
10	AAFP com Alzheimer	Assistência Social e Saúde	Autoajuda
11	Assoc dos Parkinsonianos de Pelotas	Assistência Social e Saúde	Autoajuda e benefícios eventuais
14	Asso Olojukan*	Assistência Social e Saúde	Campanhas e SCFV
15	CERENEPE	Assistência Social, Saúde e Educação	SCFV, Escola, Atendimento especializado
16	EE P A Dub	Assistência Social, Saúde e Educação	SCFV, Escola, Atendimento especializado
17	AEL Braille	Assistência Social, Saúde e Educação	SCFV, Escola, Atendimento especializado
18	Casa Vida	Assistência Social	Abrigo, apoio jurídico, SCFV e benefícios eventuais
19	AAPECAM	Assistência Social e Saúde	Abrigo, apoio jurídico, SCFV e benefícios eventuais
20	ACCASA	Assistência Social e Saúde	Abrigo, apoio jurídico, SCFV e benefícios eventuais

Contudo, a sustentabilidade financeira constitui obstáculo considerável à continuidade dessas ações. A dependência de doações e financiamentos de curto prazo pode comprometer eficácia e longevidade dos programas. Além disso, a menor coordenação entre ONGs e sistemas governamentais de saúde pode resultar em esforços duplicados ou oferta desorganizada, prejudicando otimização de recursos. Superar tais desafios requer maior articulação e reconhecimento mútuo (CORRÊA et al., 2024).

A relevância dessas organizações na promoção da saúde coletiva e na diminuição das desigualdades sociais é patente. Elas oferecem suportes essenciais que o sistema público não consegue suprir, reforçando a necessidade de políticas que fomentem colaboração intersetorial e garantam a perenidade de suas atividades.

4. CONCLUSÕES

As ONGs em Pelotas fornecem acarretam impacto social no cotidiano da promoção do cuidado integral. Contudo, desafios de sustentabilidade financeira e a necessidade de maior inter-relação com o SUS persistem. O apoio e a cooperação entre essas entidades e o governo são fundamentais para consolidar a promoção da saúde e reduzir desigualdades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 ago. 2025.

CORRÊA, C. R. T., et al. A atuação das organizações não governamentais na promoção da saúde coletiva e combate às desigualdades. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.6, n.3, p.6662-6676, 2024. DOI: <https://doi.org/Lima10.56238/arev6n3-142>

GONÇALVES, R. S., et al. Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 3, no 3, 2020, p. 5811–17. DOI. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-144>.

LIMA, M. R. S; CAMPOS, R. F. Ação humanitária e direito à saúde: de onde viemos e onde estamos. **Revista de Direito Sanitário**, vol. 22, no 2, setembro de 2022, p. e0002. DOI. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2022.172130>.

MAGALHÃES, R. Governança, redes sociais e promoção da saúde: reconfigurando práticas e institucionalidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 23, no 10, 2018, p. 3143–50. DOI. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.15872018>.

PIRES, R. R. C. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Repositório do Conhecimento do Ipea, Rio de Janeiro, 2019. 730p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323> Acesso em: 18 ago. 2025.

SELAU, B. L., et al. Analyzing vulnerable children and adolescents' health promotion in a civil-society organization in Florianopolis-SC. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, vol. 31, no 3, 2021, p. e310313. DOI.org <https://doi.org/10.1590/s0103-73312021310313>.

SIQUEIRA, S. A. V.; HOLLANDA, E.; MOTTA, J. I. J. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, vol. 22, no 5, maio de 2017, p. 1397–1397. DOI.org <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33552016>.

VARGAS, N. R. C., et al. Práticas integrativas e complementares em uma organização não governamental: em busca de um cuidado integral. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v. 44, n. 4, p. 55-75, 2020. DOI: 10.22278/2318-2660.2020.v44.n4.a310